



Relatório da Administração

O Programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

- Atenção à saúde/assistência
- Ensino
- Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia
- Gestão

Em 2018, 77,09% dos pacientes atendidos pelo HSL corresponderam aos pacientes SUS e 22,91% pacientes não SUS. Esses pacientes geraram as seguintes demandas:

	12/2018	12/2017
Número de consultas ambulatoriais	60.582	55.770
Número de internações	12.141	10.809
Número de cirurgias	7.042	6.211
Número de exames	3.411	3.237
Número de exames laboratoriais	103.282	86.916
Número de partes complementares e de imagem	9.876	12.148

Desses atendimentos, mais de 71% foram realizados através do SUS, privilegiando a população carente da região. O Hospital possui 160 leitos (incluindo as UTIs), e neste exercício obteve 77,82% de taxa de ocupação geral, sendo a taxa de ocupação SUS de 104,78% (ocupação de leitos exclusivos SUS 100% mais 4,78% leitos não SUS). O programa de reestruturação dos hospitais de ensino representa, sem dúvida, um vigoroso indutor na qualificação desses hospitais. No Estado de São Paulo, aproximadamente 50 hospitais possuem essa qualificação, sendo o HSL credenciado como hospital de ensino desde 2005. Sua certificação é validada a cada dois anos e envolve visita de representantes do MS e do MEC, que analisam profundamente o cumprimento das exigências. O Hospital atua sob gestão municipal desde 2003 e está contratuado com o município desde dezembro de 2013. O convênio foi renovado com o SUS em abril de 2018, mantendo seu objetivo, que é "Promover a inserção articulada e integral do HSL na rede de serviços do Sistema Único de Saúde, definir seu perfil assistencial e papel institucional, respeitando as necessidades da população e as diretrizes do SUS, norteado pelo POA, a qual detalhará as ações e serviços, ou seja, metas, quantificáveis".

Em 2018, o HSL também se manteve no Programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, permitindo seu reconhecimento no Programa Santa's Casas Sustentáveis como Hospital Estratégico. Esse reconhecimento permitiu a melhoria na condição geral do hospital, além de fortalecer as relações loco-regionais. Ao longo do ano, o HSL passou por diversas avaliações, entre elas a da Comissão de Avaliação da Contratualização (gestor municipal) e a da Comissão de Monitoramento Regional do Programa Santa's Casas Sustentáveis (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), auditorias internas e externas, as quais só fortaleceram e reafirmaram o compromisso do hospital em garantir à população uma assistência humanizada e de qualidade. Em 2017, o grupo que discute o Planejamento Estratégico de forma colegiada redefiniu a Visão: "ALCANÇAR O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ATÉ 2020". Ao longo de 2018, apesar das dificuldades apresentadas pela crise e pelo congelamento das receitas, o HSL conseguiu evitar que os custos aumentassem além do que já estava previsto pelas correções inflacionárias.

Desde 2010, o HSL atua na captação de recursos por meio da Nota Fiscal Paulista. Com a implantação do grupo de captação, foi possível ampliar os pontos de coleta de cupons fiscais, o que permitiu ao longo deste período um aumento expressivo dessa receita. Esses recursos são utilizados para a aquisição de equipamentos e nas melhorias da estrutura física do hospital, sempre proporcionando aos pacientes e colaboradores uma melhor condição durante sua permanência no hospital. No entanto, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, através da Resolução SF nº 56, de 31 de agosto de 2009 (Res. SF nº 56/2009), com as alterações introduzidas pela Resolução SF nº 14, de 9 de março de 2017 (Res. SF nº 14/2017) redefiniu o formato de cálculo do crédito que será atribuído aos consumidores ou entidades receptoras e o modo de registro dos referidos cupons, reduzindo os benefícios desse formato de captação. Ao longo desse período, foram discutidos outros meios de captação de recursos permanentes para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Instituição como previsto em sua Visão.

Outros itens de grande relevância em 2018

- Realizamos reajustes de todos os contratos de prestação de serviços.
- Recebemos de todos os serviços SUS contratos o relatório trimestral contendo avaliação de produtividade.
- Realizamos manutenção da estrutura hospitalar, bem como rigorosa substituição de itens aptados como obsoletos ou sem condição de uso (devidamente laudados por equipe técnica).
- Contratamos equipe de clínica médica para compor o suporte de internistas 24h.
- Contratamos equipe de fisioterapia 18h - UTI Adulto, atendendo à exigência da VISA e CREFITO.
- Fortalecemos as ações de humanização através do Plano Institucional de Humanização (PIH).
- Assinamos o convênio com Governo Federal para qualificação do serviço de Triagem Auditiva Neonatal.
- Apuramos todos os investimentos necessários para atender à demanda do Planejamento Estratégico, pensando na requalificação das especialidades para atendimento de demandas não SUS, com o objetivo de trazer mais receitas ao HSL.

- Recebemos cerca de R\$ 240 mil referentes à emenda impositiva, indicada por vereadores locais.
- Realizamos diversos mutirões para atender às demandas reprimidas, nas áreas de otorrinolaringologia, cirurgia geral e ginecologia.
- Participamos de todas as avaliações da contratualização (municipal e estadual).
- Finalizamos emenda parlamentar, contemplando a aquisição de 49 camas hospitalares (Núcleo Segurança do Paciente), com a realização de homenagem ao ex-deputado Renato Amary.
- Garantimos nossa participação no Projeto Parto Adequado.
- Garantimos nossa participação no Projeto Melhorando a Segurança do Paciente (UTI).
- Seguimos em andamento com o projeto elétrico com foco na obtenção do AVCB.
- Intensificamos a comunicação com cliente por mídia social.
- Realizamos visitas aos parlamentares (visita prefeito/audiência pública/emendas) apresentando a necessidade de custeio para cobertura do déficit causado pelo SUS no HSL.
- Estimulamos a maior participação dos profissionais do SUS em outros segmentos, proporcionando melhorias nas receitas.
- Passamos a contar com segurança não armada 24h na porta do hospital.
- Discutimos a aquisição do sistema de prontuário eletrônico.
- Recebemos ao final de 2018, do vereador Diniz, proposta de implantação de uma sala de leitura na Pediatria do HSL. Projeto com participação da Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, iniciativa privada e HSL.

3) Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação

A DERDIC, Unidade Suplementar da PUC-SP, vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo atua em dois eixos: Saúde e Educação. O atendimento clínico e os programas educacionais são voltados para uma população de vulnerabilidade socioeconômica e abrangem todas as faixas etárias. Seus 132 profissionais (102 profissionais da educação e saúde e 30 administrativos) e 25 estagiários oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins. A DERDIC atendeu no ano de 2018:

- 93 crianças e jovens em educação regular da Educação Infantil e Ensino Regular.
- 5 adolescentes/jovens e adultos surdos nas Oficinas de Leitura e Escrita.
- 54 cursos livres de Libras para Pais - Acessibilidade.
- 24 oficinas de Libras para Pais e Responsáveis de Alunos.
- 170 beneficiários em workshops de Treinamento de Língua Brasileira de Sinais (Libras) à pessoa jurídica.
- 135 beneficiários em workshops de Treinamento de Língua Brasileira de Sinais (Libras) à Secretaria Municipal da Saúde.
- 688 alunos em Cursos Livres de Língua Brasileira de Sinais pessoa física.
- 62 alunos nos Programas de Empregabilidade para Surdos. Curso Aprendiz (27) e Colocação Assistida (21) + Certificação CISCO "IT Essentials" (14).

O Centro de Audição, Voz e Linguagem, Centro de Audição CEAC e Serviço Social foram responsáveis pelos seguintes atendimentos:

- 298 atendimentos inteiramente gratuitos ao "Grupo de Orientação aos usuários e familiares referente às implicações sociais no uso de aparelhos de amplificação sonora (AASI)".
- 23.533 atendimentos clínicos em saúde auditiva.
- 2.473 atendimentos nas áreas de voz e linguagem com processo de diagnóstico e terapia.
- 1.024 atendimentos realizados pelo Serviço Social em Grupos de Intervenções aos usuários com perda auditiva, familiares e cuidadores voltados aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.
- 23.533 procedimentos (diagnóstico e tratamento) por ano.
- 3.050 aparelhos auditivos entregues (convênio SUS) por ano.
- 13.375 triagens Auditiva Neonatal (Convênio Secretaria da Saúde - TANU).

4) Desempenho operacional no último triênio (2018/2017/2016)

	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Receita operacional bruta			
Mensalidades, taxas e inscrições	520.950	507.770	482.985
Cursos extracurriculares	33.953	37.122	39.272
Assistência médico-hospitalar	53.083	50.952	52.107
Subvenções e doações	2.400	2.318	2.247
Outras receitas	17.855	21.262	25.201
628.241	619.424	601.812	

Deduções

Bolsas de estudo filantrópicas	(75.333)	(79.962)	(78.440)
Bolsas de estudo (sociais)	(61.761)	(61.593)	(58.242)
Descontos por pagamento antecipado de mensalidade	(8.751)	(12.067)	(8.968)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(1.619)	(1.953)	(2.634)
(147.464)	(155.575)	(148.284)	

Receita operacional líquida

Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(212.696)	(209.300)	(204.387)
Custos diretos com atividades hospitalares	(36.452)	(31.416)	(32.816)
Custos com mercadorias vendidas	(602)	(995)	-
(249.750)	(241.711)	(237.203)	

Despesas operacionais

Salários, férias e encargos sociais	(120.976)	(119.106)	(118.347)
Despesas com serviços de terceiros	(31.644)	(31.461)	(31.807)
Administrativas e gerais	(26.456)	(24.648)	(25.935)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(1.824)	(1.861)	(1.828)
(180.900)	(177.076)	(177.911)	

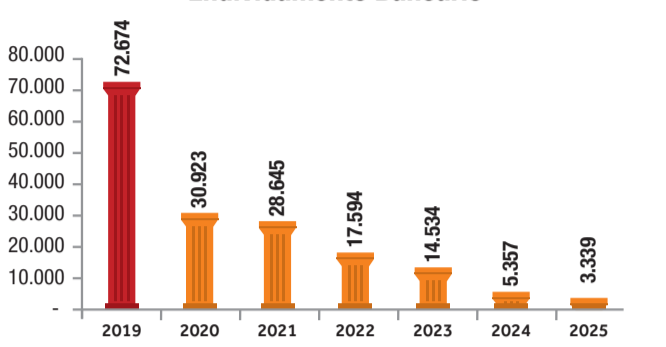
Resultado operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro

Ágio na venda do Certificado de Potencial Adicional Construção	8.517	-	-
Aviso prévio e indenizações	(5.358)	(4.758)	(4.263)
Depreciações e amortizações	(9.404)	(8.558)	(9.141)
Resultado financeiro líquido	(16.941)	(14.287)	(11.038)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(10.121)	(12.448)	(9.579)
Outras (receitas/despesas) operacionais	18.966	18.219	(1.136)
Resultado do exercício	35.786	23.230	3.257

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2018 a Fluxo de caixa manteve a geração de superávit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva. A receita líquida operacional de 2018 foi de R\$ 480,7 milhões e apresenta uma elevação de 3,6% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R\$ 50,1 milhões (R\$ 45 milhões em 2017), o que demonstra a manutenção do crescimento e a busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação. A melhoria na captação de receitas possui um reflexo direto com o aumento do resultado operacional da Instituição.

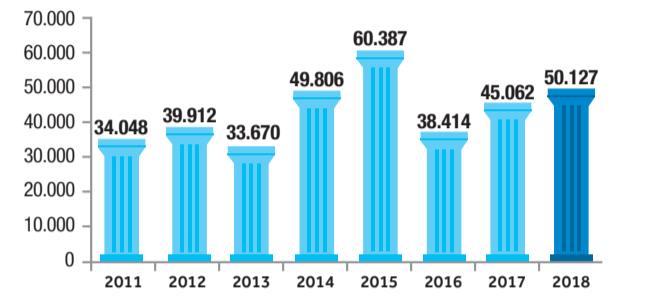
Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas. No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2019. A Fundação manterá em 2019 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas. No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido superávit, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros. O gráfico a seguir apresenta os montantes vencedores da dívida bancária ao final do exercício de 2018:

Endividamento Bancário



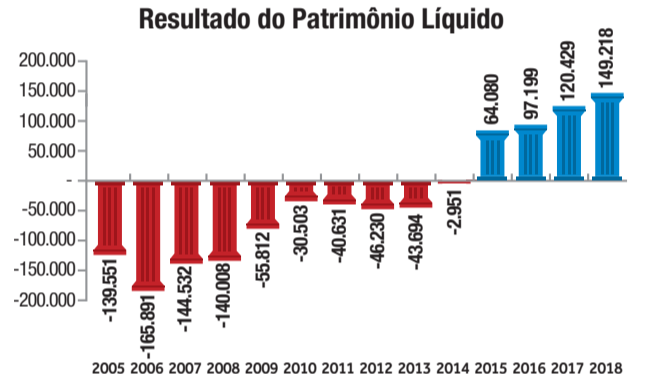
A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida. A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos exercícios sociais:

Resultado Operacional antes Indenizações ACLD, Depreciação Resultado Financeiro



Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi. A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazos promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos. A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2018 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo, bem como houve o reconhecimento de ajustes patrimoniais oriundos de propriedades para investimentos e, com isso, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoou a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

Evolução do Patrimônio Líquido



Resultado do Patrimônio Líquido

Considerações finais

Compatibilizar o triênio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo. Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo o professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico. A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social. Com mais de 70 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento. Construir e consolidar, com ética e compromisso, são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

Declaração dos diretores

Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, emitido em 15 de abril de 2019, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Relacionamento com os credores independentes

Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes KPMG Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo. A KPMG Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 15 de abril de 2019
Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Valores recebidos dos clientes	471.510	461.357
Pagamentos a obrigações sociais e trabalhistas	(338.613)	(333.701)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar	(106.677)	(93.251)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(8.605)	(8.233)
	17.615	26.172

Outros recebimentos (pagamentos)

Recebimentos de alugueis	4.462	5.331
Recebimentos de subvenções	125	1.524
Recebimentos de doações	27	505
Recebimentos de inscrições e concursos	3.026	5.146
Outros recebimentos	8.365	2.487
Despesas bancárias pagas	(3.762)	(1.703)
Pagamentos de processos judiciais	(16.124)	(13.929)
Pagamentos de depósitos judiciais	(118)	(535)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(17.797)	(18.021)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(3.624)	6.977

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Compras de imobilizado	(8.095)	(35.617)
Compras de intangível	(538)	(120)
Resgates de aplicações financeiras	(210)	(214)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	584	270
Juros recebidos	4.721	7.550
Aplicações financeiras vinculadas	14.379	(1.342)
Adiantamento para aquisição negócio IESP	(21.798)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.514)	(29.473)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Amortização de empréstimos e financiamentos	(105.160)	(33.336)
Captação de empréstimos e financiamentos	116.840	59.861
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	11.680	26.525
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.458)	4.029
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.458)	4.029

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
Superávit do exercício	35.786	23.230
Realização de avaliação patrimonial	(8.861)	(8.861)
Itens que não serão reclassificados por o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Superávit abrangente total do exercício	26.925	14.369

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDAÇÃO" ou "Fundação"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Instituição, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Mensagens da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor.

ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica da Universidade, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela nomeada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a Universidade esteja em constante diálogo com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e proatividade.

O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

No ano de 2018, a FUNDASP efetuou significativos e relevantes investimentos relacionados a melhorias de infraestrutura, dentre os quais se destacam:

a) No Edifício Franco Montoro - FUNDASP: reforma do pavimento térreo para criação de uma recepção no edifício; reforma das calçadas; revitalização dos andares administrativos para melhoria no ambiente de trabalho (térreo, intermediário, 1º, 2º e 4º andares); substituição de um elevador com aumento de duas paradas para acessibilidade da edificação; reforma do 7º andar para a criação de um espaço de convivência interna dos colaboradores da FUNDASP; manutenção nas instalações prediais em geral.

b) No Campus Monte Alegre: reforma dos banheiros do 5º andar do ERBM; reforma do barrilete da caixa d'água do ERBM; instalação de gerador para atendimento aos elevadores e cargas emergenciais; aumento da capacidade de carga da cabine primária do campus; manutenção em salas de aula; manutenção nas instalações prediais em geral.

c) No Campus Marquês de Paranáguá: reforma dos banheiros do Prédio 2; melhoria nas instalações elétricas; restauro de piso em madeira de salas de aula; pintura em salas de aula; manutenção nas instalações prediais em geral.

d) No Campus Sorocabá: manutenção na sala de Serviço de Verificação de Óbitos (SVO); manutenção no auditório; manutenção nas instalações prediais em geral.

e) No Campus Ipiranga: reforma do auditório do campus; readequação da área de atendimento na Biblioteca; manutenção nas instalações prediais em geral.

f) No campus Santana: manutenção nas instalações prediais em geral.

A busca da Sabedoria, lema da PUC-SP, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP, sempre mais sadia na estrutura e nas atividades acadêmicas, possa colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

Objeto social e missão

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.

Em 23 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se desenvolvam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no art. 7º de seu Estatuto Social.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Estrutura, desempenho e atuação

1) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com a PUC-SP no sentido de adequar a estrutura da Instituição para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

No decorrer dos últimos anos, a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Neste momento, o estatuto da Pontifícia Universidade Católica passa por revisão.

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantêm vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de suas mantidas. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o setor de integridade.

A Universidade, em sua estrutura, conta atualmente com seis campi, unidades suplementares - Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocabá/SP - bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadoras.

São cinco campi na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranáguá - Santana - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocabá/SP.

A pós-graduação *stricto sensu* da PUC-SP conta com 29 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: o mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação *lato sensu*, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2018, foram defendidas 666 dissertações de mestrado acadêmico, 81 de mestrado profissional e 360 teses de doutorado. Foram também apresentadas 1.076 monografias de especialização.

Além disso, a Instituição mantém a política de melhorar suas instalações acadêmicas e ofertar cursos que atendam às demandas da sociedade. Em 2018, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, a Instituição contava com 20.540 alunos, conforme descrito abaixo:

	2018
Alunos de graduação	12.193
Alunos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	3.335
Alunos de especialização (<i>lato sensu</i>)	479
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento</	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 170 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 3.000, de 26 de março de 1999. **(ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)** Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, art. 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para estar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação emite recibos declarando que não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações. Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu art. 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Todavia, a vigência desse dispositivo, entre outros, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar proferida no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.802-3/1998. Com isso, até o julgamento final dessa ação direta de inconstitucionalidade ou enquanto estiver vigente a liminar, não haverá a incidência do referido imposto sobre tais rendimentos. Para estar tal situação às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações, a Fundação emite recibos declarando sobre a imunidade, por força da suspensão de tais dispositivos legais.

(iii) Programa de Integração Social (PIS) A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estaria obrigada ao pagamento de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002. Todavia, a Fundação propôs a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.000.008249-2, na qual foi obtida antecipação de tutela em março de 2010, garantindo o não recolhimento do PIS. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.03524-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permaneceu vigente. Em 23 de fevereiro de 2017, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. No acórdão publicado, constou a tese fixada de que os requisitos para o gozo de imunidade não de estar prevista em lei complementar, mas o movimento de pagamento do sobrestamento e remetidos à Turma que proferiu a decisão em segunda instância, para análise e adequação à decisão do STF. O julgamento beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação declaratória proposta.

(iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficiária e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) A Fundação possui relacionamento de imunidade de ISE IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo até o exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. A situação de imunidade da Fundação, no que tange aos impostos de competência municipal, é atestada pela Ata de Ações Cautelares Incidentais nº 2009.03.00.03524-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permaneceu vigente. Em 23 de fevereiro de 2017, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. No acórdão publicado, constou a tese fixada de que os requisitos para o gozo de imunidade não de estar prevista em lei complementar, mas o movimento de pagamento do sobrestamento e remetidos à Turma que proferiu a decisão em segunda instância, para análise e adequação à decisão do STF. O julgamento beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação declaratória proposta.

(vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) A Fundação, por ser detentora do CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação registre até vinte por cento da receita anual efetivamente recebida em educação (bolsas de estudo), cuja receita se aplica a um bolsista para cada cinco alunos pagantes, sendo determinada a lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 32.

(vii) Benefícios do Programa Unificado para Todos (PROUNI) O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual a Fundação firmou Termos de Adesão para cada um dos campi (o de Perdizes foi firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do primeiro semestre de 2005), com prazo de vigência de 10 (dez) anos, com o término dessa vigência, foram firmados em dezembro de 2004, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período de 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 5º, § 1º, da Lei Federal nº 11.096/2005. A Fundação utiliza o PROUNI na composição de suas graduações para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudo.

1.3 Situação patrimonial e financeira Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Fundação, dando continuidade ao plano de melhoria da situação patrimonial e financeira, apresenta capital líquido líquido negativo em R\$ 41.078 (R\$ 40.587 negativo em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido de R\$ 149.218 (R\$ 129.111 em 31 de dezembro de 2017). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos.
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
- Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação.
- Realizar as despesas e os custos com pessoal.
- Auditar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas.
- Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.
- Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.
- Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL.
- Conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dividas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, com as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2019, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas. A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2019. Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Fundação no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

b. Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos A elaboração das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2018, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a partir-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3h** - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
- Nota Explicativa nº 20** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- Notas Explicativas nº 5 e 6** - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
- Nota Explicativa nº 9** - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
- Nota Explicativa nº 12** - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

(i) Mensuração do valor justo Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário (veja Nota Explicativa nº 3a).

a. Mudanças nas principais políticas contábeis A Fundação aplicou as alterações do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Fundação na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente.

As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro de bens e serviços, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Fundação tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Fundação possui relação com prestação de serviços principalmente relacionado a serviços educacionais e de saúde. O total da contra prestação desses contratos de serviços foi atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de vendas individuais foram determinados com base na tabela de preços que a Fundação utiliza para transações de venda de cada serviço.

A Administração adotou essa sua norma e não identificou efeito relevante, em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações e prestações de serviços, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao cliente.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros (contas a receber).

(i) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros O CPC 48/IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera o quanto o ativo ou passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo.

A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo Custo Amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias provisórias sobre IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém, em grande parte, os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Fundação não designou ou pretende designar passivos financeiros como instrumentos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nem em nenhum impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Abaixo é demonstrada a classificação dos ativos e passivos financeiros anteriormente e como ficou a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018:

Ativo financeiro	Classificação anterior	Classificação do CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado
Bolsas restituíveis de alunos e hospital	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Bolsas restituíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Certificado de potencial construtivo a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros		
O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.		
Os impactos de redução no valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável e aumento de juros.		

Em milhares de R\$ Impacto na adoção do CPC 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018

Despesa com devedores duvidosos (6.997)

Efeito em 1º de janeiro de 2018 (6.997)

(ii) CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 12/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Fundação adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos) com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi representada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 12/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, as receitas são registradas mês em mês em que os serviços são prestados líquidos de devoluções e descontos comerciais e quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados foram transferidos para o cliente; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Fundação; (iii) o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

Em relação ao CPC 47/IFRS 15, não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração do resultado e na demonstração dos fluxos de caixa da Fundação para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018, pois as operações e principalmente as modalidades de serviços praticados pela Fundação fazem com que os critérios de reconhecimento de receita já atendam substancialmente aos critérios requeridos pela nova norma.

b. Instrumentos financeiros **(i) Reconhecimento e mensuração inicial** A avaliação de reconhecimento de recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente **Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018** Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de juros, é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, conta a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Ativos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- A Fundação classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:
 - Empréstimos e recebíveis
 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento
 - Ativos financeiros disponíveis para venda
 - Ativos financeiros mensurados pelo VJR.

A Fundação mensurou os ativos financeiros da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo, e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado líquido.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Empréstimos e recebíveis** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Os impactos de redução no valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável e aumento de juros.

Impactos da adoção do CPC 48/IFRS 9 nas demonstrações do balanço patrimonial da Fundação em 31 de dezembro de 2018.

31 de dezembro de 2018 - Em milhares de R\$

	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem adoção do CPC 48/IFRS 9
Contas a receber de alunos e hospital	5	35.067 (6.997)	42.064
Demais ativos		98.676	88.676
Total de ativo circulante	123.743 (6.997)		130.740
Total de ativo não circulante	448.153		448.153
Total de ativos	571.896 (6.997)		578.893
Total de passivo circulante	164.821		164.821
Total de passivo não circulante	257.857		257.857
Total do patrimônio líquido	149.218 (6.997)		156.215
Total do passivo e patrimônio líquido	571.896 (6.997)		578.893

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

(iii) Compensação Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

c. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudos concedidas A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 2).

a. Prestação de serviços educacionais A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em cursos e vestibulares.

b. Bolsas de estudos concedidas (gratuidade) As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de portação mínima ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c. Prestação de serviços médicos Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis gastos estimados.

d. Receita de juros Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou, se não for possível, o custo histórico, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e. Subvenções e doações As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITR 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f. Mensalidades antecipadas As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

d. Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e. Aplicações financeiras Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

f. Contas a receber Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com o Conselho Superior), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridos todos as condições estabelecidas e relacionadas a subvenção.

g. Estoque Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL, e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vendidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

h. Imobilizado Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários a entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo e reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 10,0%
Máquinas e equipamentos		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

9. Certificado de Potencial Adicional de Construção

Em 19 de agosto de 2015, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência, SMDU/DEUSO 0123/2015, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento do Uso do Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, declarou que o imóvel situado na Rua Monte Alegre, nº 984 em São Paulo/SP, registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e Tombado pelo Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Literário (CONPRESP), dispõe de 18.037,50 m² (dezoito mil, trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação do terreno.

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência, SMDU/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o art. 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranáq, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo CONPRESP através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à promessa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. Em 31 de dezembro de 2017, o recebimento desse direito está reconhecido no ativo e, quando da valorização e/ou desvalorização, é reconhecido nas demonstrações do resultado do exercício, na rubrica de "Outras (despesas) receitas, líquidas".

Abaixo, demonstramos a movimentação desses créditos entre 31 de dezembro de 2017 e 2018:

Contas a receber por venda dos certificados CEPAC

	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.483	13.958
(+) Transferência pela venda de 7.056,55 m²	8.517	13.903
(+) Valorização dos créditos na venda (Nota 2a)	21.000	10.418
(-) Venda a receber referente pela venda CEPAC (a)	(3.500)	2.602
(-) Valor recebido em 2018	17.500	1.156
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.500	1.648
		43.675

(a) Em 14 de dezembro de 2018, houve a negociação de 7.056,55 metros quadrados do CEPAC referente à Rua Monte Alegre, nº 984 ao preço de R\$ 21.000, sendo R\$ 3.500 recebidos até o encerramento do exercício e R\$ 17.500 a receber em 2019. Dessa forma, a Fundação passou a ter 15.446,87 metros quadrados de potencial construtivo passível de transferência.

Créditos de certificado de potencial adicional de construção

	Em R\$ mil	Em m²
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.502,42	7.056,55
(+) Transferência (ativo circulante) pela venda de 7.056,55 m²	(12.483)	(7.056,55)
(+) Atualização a valor justo (b) (Nota 2b)	18.761	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.969	15.446,87

(b) A Fundação considerou a negociação da venda parcial no CEPAC da Rua Monte Alegre, nº 984 em 14 de dezembro de 2018 ocorrida por meio do "Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações sobre Potencial Construtivo de Imóvel Tombado" como premisa para assegurar a existência de mercado comprovadamente ativo para a comercialização de títulos para Transferência de Direitos e Obrigações sobre Potencial Construtivo de Imóvel Tombado e utilizou o valor do metro quadrado negociado para apurar o valor justo dos títulos remanescentes em 31 de dezembro de 2018.

10. Imobilizado

10.1 Composição do saldo

Descrição	2018		2017	
	Custo	Depreciação	Custo líquido	Custo líquido
Terrenos	155.864	-	155.864	155.864
Edificações	124.072	(31.514)	92.558	96.142
Máquinas e equipamentos	21.395	(16.068)	5.327	5.585
Móveis e utensílios	11.399	(9.065)	2.334	2.510
Equipamentos de informática	22.469	(16.952)	5.517	5.239
Ferramentas	31	-	13	20
Biblioteca	4.581	(3.699)	882	1.024
Instalações	7.951	(4.468)	3.483	3.787
Beneficiárias em imóveis próprios	24.221	(3.335)	20.886	16.388
Beneficiárias em imóveis de terceiros	3.269	(3.269)	-	3
Equipamentos hospitalares	3.072	(1.452)	1.620	1.817
Imobilizado em arrendamento	3.942	(3.883)	59	59
Instrumentos cirúrgicos	99	(91)	8	60
Veículos em uso	1.320	(51)	1.269	1.173
Enxoval hospitalar	703	90	793	447
Imobilizações em andamento	1.056	(23)	1.033	1.152
Total	329.309	48.766	280.543	290.614

10.2 Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas

Descrição	31.12.2016		31.12.2017	
	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2017
Terrenos (a)	135.104	15.741	-	150.845
Edificações (a)	108.332	20.759	-	129.091
Máquinas e equipamentos	10.337	719	-	20.536
Móveis e utensílios	20.944	307	-	11.056
Equipamentos de informática	26	5	-	21.251
Ferramentas	4.382	148	-	31
Biblioteca	6.860	814	-	4.530
Instalações	11.399	8.061	-	7.674
Beneficiárias em imóveis próprios	3.269	-	-	19.254
Beneficiárias em imóveis de terceiros	3.059	-	-	3.269
Equipamentos hospitalares	3.942	-	-	3.059
Imobilizado em arrendamento	99	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	1.320	269	(270)	99
Veículos em uso	703	90	-	1.319
Enxoval hospitalar	1.056	-	(23)	793
Imobilizações em andamento	(79.759)	(7.439)	30	1.033
Total	329.309	48.766	(293)	377.782

Depreciação

Descrição	31.12.2016		31.12.2017	
	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2017
Edificações	(24.402)	(3.055)	-	(27.929)
Máquinas e equipamentos	(13.871)	(1.080)	-	(14.251)
Móveis e utensílios	(8.031)	(515)	-	(8.546)
Equipamentos de informática	(15.141)	(872)	-	(16.013)
Ferramentas	(16)	(1)	-	(17)
Biblioteca	(3.219)	(253)	-	(3.472)
Instalações	(3.353)	(534)	-	(3.887)
Beneficiárias em imóveis próprios	(1.800)	(616)	-	(2.416)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(3.219)	(47)	-	(3.266)
Equipamentos hospitalares	(1.033)	(209)	-	(1.242)
Imobilizado em arrendamento	(3.835)	(48)	-	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(26)	(12)	-	(38)
Veículos em uso	(819)	(83)	30	(872)
Enxoval hospitalar	(527)	(114)	-	(641)
Imobilizações em andamento	(467)	-	-	472
Total	(79.759)	(7.439)	30	(87.168)

Total líquido

	2016	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	249.550	41.327
Adições	41.327	(263)
Baixas	-	-
Transferências	-	-
Total	290.614	290.614

(a) Aquisição do imóvel situado à Rua Afonso Celso, nº 711, para instalação de um centro educacional no valor de R\$ 36.500, ocorrida em 2017, a qual foi registrada nas rubricas de terrenos e edificações.

Custo

Descrição	31.12.2017		31.12.2018	
	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2018
Terrenos	150.845	-	5.019	155.864
Edificações	129.091	-	(5.019)	124.072
Máquinas e equipamentos	20.536	859	-	21.395
Móveis e utensílios	11.056	343	-	11.399
Equipamentos de informática	21.251	1.218	-	22.469
Ferramentas	31	-	-	31
Biblioteca	4.581	51	-	4.581
Instalações	7.674	277	-	7.951
Beneficiárias em imóveis próprios	19.254	4.967	-	24.221
Beneficiárias em imóveis de terceiros	3.269	-	-	3.269
Equipamentos hospitalares	3.059	13	-	3.072
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	99	-	-	99
Veículos em uso	1.319	84	(27)	1.376
Enxoval hospitalar	793	57	-	850
Imobilizações em andamento	1.033	226	-	1.259
Total	377.782	8.095	(27)	385.850

Depreciação

Descrição	31.12.2017		31.12.2018	
	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2018
Edificações	(27.929)	(3.585)	-	(31.514)
Máquinas e equipamentos	(14.951)	(1.117)	-	(16.068)
Móveis e utensílios	(8.546)	(519)	-	(9.065)
Equipamentos de informática	(16.013)	(939)	-	(16.952)
Ferramentas	(17)	(1)	-	(18)
Biblioteca	(3.472)	(227)	-	(3.699)
Instalações	(2.416)	(581)	-	(4.468)
Beneficiárias em imóveis próprios	(3.269)	(919)	-	(3.335)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(3.266)	(3)	-	(3.269)
Equipamentos hospitalares	(1.242)	(210)	-	(1.452)
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(38)	(13)	-	(51)
Veículos em uso	(872)	(89)	-	(961)
Enxoval hospitalar	(641)	(98)	-	(739)
Imobilizações em andamento	472	-	-	5
Total	(87.168)	(8.301)	-	(95.469)

Total líquido

	2017	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	290.614	206
Adições	206	(27)
Baixas	-	-
Transferências	-	-
Total	290.381	290.381

Os terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

11. Intangível

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas

Descrição	2017		2018	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	2018
Custo				
Direito de uso	2.216	446	2.739	
Softwares	6.216	-	6.216	
Sistemas aplicativos	2.971	88	3.059	
Marcas e patentes	34	4	38	
Total	11.514	538	12.052	
Amortizações				
Direito de uso	(1.685)	(273)	(1.958)	
Softwares	(4.478)	(622)	(5.100)	
Sistemas aplicativos	(2.613)	(207)	(2.820)	
Total	(8.776)	(1.102)	(9.878)	
Intangível líquido	2.738	(564)	2.174	

12. Propriedades para Investimentos

Saldo de 31 de dezembro de 2017 (a)

Ganho decorrente da avaliação do valor justo (b)

Saldo de 31 de dezembro de 2018

(a) Refere-se ao valor de mercado dos terrenos e edifício, localizados na Rua Monte Alegre e Rua Cardoso de Almeida, mantidos para auferir valorização de capital.

(b) Refere-se a variações positivas dos valores dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2018	2017	Varição
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	8.820	8.877	33
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	10.649	10.610	39
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	9.531	9.512	19
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	14.297	14.268	29
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	57.656	57.881	(225)
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	5.922	5.676	246
Total	106.875	106.734	141

Valor justo das propriedades para investimento

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

13. Empréstimos e Financiamentos

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2018	2017
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	3% a.a. + CDI	80.099	32.427
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	De 3,54% a.a. até 3,66% a.a. + 100% CDI	22.328	-
Banco Santander S.A.	BNDES	De 4,00% a.a. até 7,5% a.a. + TJLP	46.194	56.213
Banco Santander S.A.	BNDES	De 4,00% a.a. até 7,5% a.a. + TJLP	24.452	30.307
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	De 4,16% a.a. até 6,31% a.a. + 100% CDI	-	30.727
Banco Santander S.A.	Capital de giro	De 4,40% a.a. até 5,16% a.a. + 100% CDI	-	44.139
Banco Bradesco S.A.	Saldo devedor	-	18	18
Banco Santander S.A.	Saldo devedor	-	40	43
Total			173.124	161.447
Passivo circulante			72.732	41.957
Passivo não circulante			100.392	119.490

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Instituição	Modalidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Bradesco	Capital de giro	30.727	2.775	-	-	-	-	(35.616)	2.114	-	1.214
Santander	Capital de giro	44.139	-	-	-	-	-	(47.689)	3.550	-	3.671
Safra	Capital de giro	-	34.065	-	-	-	-	(12.410)	673	-	22.328
Banco do Brasil	Capital de giro	-	80.000	-	-	-	-	(1.685)	1.777	-	80.092
Bradesco	Financ. BNDES	56.213	-	-	-	-	-	(16.442)	6.423	-	46.194
Santander	Financ. BNDES	30.307	-	-	-	-	-	(9.115)	3.260	-	24.452
Subtotal		161.386	116.840	-	-	-	-	(122.937)	37.797	-	173.065
Bradesco	Saldo devedor	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Santander	Saldo devedor	43	-	-	-	-	-	-	-	-	40
Subtotal		61	-	-	-	-	-	-	-	-	58
Total geral		161.447</									

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação. A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. **Risco de crédito**
É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

Nota Explicativa nº	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4 31.362	34.820
Aplicações financeiras vinculadas	4 4.099	18.478
Títulos e valores mobiliários	7 1.020	786
Contas a receber de alunos	5 15.599	23.308
Contas a receber de hospital	5 20.918	20.806
Bolsas restituíveis/FIES - Circulante	6 5.467	6.383
Bolsas restituíveis/FIES - Não circulante	6 45	147
Total	78.510	104.728

• **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

• **Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis** - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios devido a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2018, a Fundação possuía provisão de R\$ 42.341 sobre as contas a receber de alunos (73,09% do total), R\$ 806 sobre os créditos hospitalares (3,71% do total) e R\$ 16.337 sobre as bolsas restituíveis (71,98%) para fazer face ao risco de crédito.

b. **Risco de liquidez**
É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	2018				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Emprestimos e financiamentos	202.694	39.353	39.652	39.564	72.452
Fornecedores	12.018	12.018	-	-	-
Total	214.712	51.371	39.652	39.564	72.452

c. **Risco de taxa de juros**
Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2018	2017
Ativos financeiros:		
Aplicações financeiras	31.095	32.107
Aplicações financeiras vinculadas	4.099	18.478
Títulos e valores mobiliários	1.020	786
Passivos financeiros:		
Emprestimos e financiamentos	(173.124)	(161.447)
Total	(136.910)	(110.076)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI
A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$ 136.910.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2018, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,46%, cenário provável para o ano de 2019, mediante a taxa efetiva de 6,87% verificada no ano de 2018:

	cenário provável	cenário I - Deterioração de 25%	cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2018	6,46%	6,46%	6,46%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	136.910	136.910	136.910
Taxa anual estimada do CDI	6,87%	8,59%	10,31%

Efeito no instrumento financeiro:
Diminuição/aumento

	561	2.913	5.264
--	-----	-------	-------

d. **Estimativa do valor justo**
A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

e. **Estimativa do valor justo**
e.1 **Valor justo versus valor contábil**
Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação estejam próximos aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	31.362	-	-	31.362
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4.099	-	-	4.099
Títulos e valores mobiliários	1.020	-	-	1.020
Contas a receber de alunos e hospital	-	36.517	-	36.517
Bolsas restituíveis/FIES	-	5.512	-	5.512
Cerificado de potencial construtivo a receber	-	63.469	-	63.469
Outras contas a receber	-	26.246	-	26.246

Secretaria Executiva	
José Rodolpho Perazzolo Secretário-Executivo da Fundação São Paulo	
João Júlio Farias Júnior Secretário-Executivo da Fundação São Paulo	

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Emprestimos e financiamentos	-	173.124	-	173.124
Fornecedores	-	12.018	-	12.018
Tributos parcelados	-	139.691	-	139.691
Diferenças salariais	-	39	-	39
Total	-	324.872	-	324.872

	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Emprestimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2017				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	34.820	-	-	34.820
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	18.478	-	-	18.478
Títulos e valores mobiliários	786	-	-	786
Contas a receber de alunos e hospital	-	44.114	-	44.114
Bolsas restituíveis/FIES	-	6.530	-	6.530
Outras contas a receber	-	4.280	-	4.280
Total	54.084	54.924	-	109.008

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo
Emprestimos e financiamentos
Fornecedores
Tributos parcelados
Diferenças salariais

	-	161.447	-	161.447
	-	11.747	-	11.747
	-	143.325	-	143.325
	-	41	-	41
Total	-	316.560	-	316.560

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Fundação está descrito na Nota Explicativa nº 3. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram representadas para refletir os novos requerimentos.

e.2 **Hierarquia do valor justo**
Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis.

A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

• **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.

• **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

• **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cuja técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

32. Cobertura de Seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 249.310 para cobertura dos edifícios, R\$ 127.296 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$ 94.300 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

33. Gratuidade por Meio de Bolsas de Estudo e Projetos

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei nº 12.101/2009.

Destaca-se que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a lei previa a aplicação de, pelo menos, 15% de sua receita educacional efetivamente recebida em bolsas de estudo, sendo complementados por atividades de assistência social. A partir do ano de 2016, a legislação passou a prever a necessidade de concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, e, para fins da certificação a que se refere a lei, o aluno a ser beneficiado será pré-elecionado pelo perfil socioeconômico; a bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

Nos termos da redação original do art. 13 da Lei nº 12.101/2009, a Fundação deve aplicar anualmente em gratuidade, na forma do seu parágrafo primeiro, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida com mensalidades, nos termos da Lei nº 9.870/1999. Apesar da publicação da Lei nº 12.868/2013, substituindo o critério do percentual de gratuidade pela proporção de bolsas de estudo concedidas, os requerimentos de concessão ou renovação do CEBAS, protocolados até 31 de dezembro de 2015, poderiam ser avaliados de acordo com o critério original, previsto no art. 16 da Lei nº 12.868/2013.

Visando a cumprir a gratuidade exigida pela Lei nº 12.101/2009, no ano de 2018, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), conforme evidenciado no quadro 1.

• **Quadro 1** - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013:

Ano-base de 2018	Junho/18	Dezembro/18
Número de alunos matriculados	12.116	11.442
Número de alunos pagantes	9.321	8.874
Número de alunos bolsistas PRONUI 100%	1.684	1.583
Número de alunos bolsistas FUNDASP 50%	137	111
Número de alunos bolsistas FUNDASP 100%	498	532
Bolsas integrais "100%" concedidas	2.182	2.115
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	69	56
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	2.251	2.171
Relação com alunos pagantes	24,15%	24,46%

Conselho Fiscal	
Francisco de Assis Alves - Presidente do Conselho Fiscal	
Edineide Maria de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal	
Walter Barelli - Membro do Conselho Fiscal	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa laboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

Balço Social	
1 - Identificação	
Nome da instituição: Fundação São Paulo Mantenedora da PUC/SP	
Natureza jurídica: [] associação [X] fundação [] sociedade Sem fins lucrativos? [X] sim [] não	
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? [X] sim [] não	
2 - Origem dos recursos	
Recargas Totais	R\$ 523.062.995,48 100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 2.446.791,13 0,47%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 533.013,35 0,10%
c. Doações de pessoas físicas	R\$ 1.144,00 0,00%
d. Contribuições	R\$ - 0,00%
e. Patrocínios	R\$ 170.310,00 0,03%
f. Cooperação internacional	R\$ - 0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 465.786.950,50 89,05%
h. Outras receitas	R\$ 54.124.786,50 10,35%
3 - Aplicação dos recursos	
Despesas Totais	R\$ 487.276.986,18 100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) valores no item 5	R\$ - 0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 339.030.330,38 69,58%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 148.246.655,80 30,42%
Operacionais	R\$ 115.720.627,87 23,75%
Impostos e taxas	R\$ 632.116,14 0,13%
Financeiras	R\$ 31.756.076,35 6,52%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 137.835,44 0,03%
4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	
a. Alimentação	R\$ 504.282,54 0,10%
b. Educação	R\$ 14.444.472,60 2,76%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 118.476,26 0,02%
d. Creche ou auxílio-creche	R\$ 2.701.795,17 0,52%
e. Saúde	R\$ 9.565.932,93 1,83%
f. Segurança e medicina no trabalho	R\$ 1.201.130,88 0,23%
g. Transporte	R\$ 946.763,29 0,18%
h. Estágios	R\$ 648.538,69 0,12%
Total - Indicadores sociais internos	R\$ 30.131.392,36 5,76%
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)	
a. Projetos de integração e inclusão social	R\$ 101.467,70 0,02%
Nº atendimentos: 790	
b. Assistência jurídica	R\$ 3.188.097,77 0,61%
Nº atendimentos: 5.140	
c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias	R\$ 13.502.548,37 2,58%
Nº atendimentos: 48.867	
Valores totais	R\$ 16.792.113,84 3,21%

Possui registro no:		Tipo/categoria:	
[X] CNAS [X] MEC [X] COMAS [X] Ministério da Justiça [X] Ministério Público		Educação	
Isenta da cota patronal do INSS? [X] sim [] não		Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior: [X] sim [] não	
De utilidade pública? [] não Se sim, [X] federal [X] estadual [X] municipal			

6 - Outros indicadores		2018	
Nº total de alunos(as)		20.540	
Bolsas Integrais		Nº Alunos	Valores (reais)
Pronui		1.802	R\$ 85.272.124
Filantrópica FUNDASP		590	R\$ 15.768.455
Mérito Acadêmico		1	R\$ 19.466
PEC-G (Itamaraty)		1	R\$ 19.680
Acordo Interno - Graduação		366	R\$ 9.460.045
Acordo Interno - Pós-Graduação		122	R\$ 4.363.678
Acordo Interno - Educação Continuada		31	R\$ 620.750
Ser PUC		2	R\$ 29.589
Filantrópica FUNDASP (DERDIC)		93	R\$ 2.557.440
Nº de alunos(as) com bolsas integrais		3.008	
Valor total das bolsas integrais			R\$ 87.829.564
Bolsas Parciais		Nº Alunos	Valores
Filantrópica FUNDASP		2.374	R\$ 43.267.747
Mérito Acadêmico		142	R\$ 1.941.561
Bolsa Arq.		2	R\$ 55.614
CAPEs		26	R\$ 326.673
CNPq		1.421	R\$ 27.208.220
Ser PUC		414	R\$ 13.609.645
Bolsa Monitoria		1	R\$ 10.634
Nº de alunos(as) com bolsas parciais		368	R\$ 115.400
Valor total das bolsas parciais			R\$ 43.267.747
Programa de apoio ao aluno bolsista (alimentação e xerox)		Nº Alunos	Valores
		1.543	R\$ 1.949.146
Valor total dos programas de apoio			R\$ 1.949.146
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		207	
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa			R\$ 878.400
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES		654	
Valor do Financiamento Estudantil - FIES			R\$ 20.890.575

• **Quadro 2** - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013: